



guia prático para a
PESQUISA QUALITATIVA
com
crianças
dos 0 aos 8 anos



RITA BRITO / PATRÍCIA DIAS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
EDITORIA

Guia Prático para
a Pesquisa Qualitativa com
crianças dos 0 aos 8 anos

LICENÇA Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0.



TÍTULO Guia Prático para a Pesquisa Qualitativa
com crianças dos 0 aos 8 anos
AUTORAS Rita Brito e Patrícia Dias
© Autoras
© Universidade Católica Editora
REVISÃO Patrícia Feio
CAPA Ana Luísa Bolsa | 4 ELEMENTOS
PAGINAÇÃO Magda Macieira Coelho
IMPRESSÃO Papelmunde
DEPÓSITO LEGAL 508460/22
TIRAGEM 500 exemplares
DATA novembro 2022
ISBN 9789725408933
e-ISBN 9789725408940
DOI <https://doi.org/10.34632/9789725408933>
DOI EPUB <https://doi.org/10.34632/9789725408940>

Universidade Católica Editora
Palma de Cima 1649-023 Lisboa
Tel. (351) 217 214 020
uceditora@ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt

BRITO, Rita, e outro
Guia prático para a pesquisa qualitativa com crianças dos 0 aos 8 anos /
Rita Brito e Patrícia Dias. – Lisboa : Universidade Católica Editora, 2022.
– 56 p. ; 21 cm. – ISBN 9789725408933. – ISBN 9789725408940 (Ebook)
I – Dias, Patrícia, coaut. II – Tít.
CDU 37.013:3-053.2
001.8:37.013

Rita Brito e Patrícia Dias

Guia Prático para
a Pesquisa Qualitativa com
crianças dos 0 aos 8 anos

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA

Índice

Introdução	7
1. Conceitos para refletir sobre o papel da criança na sociedade	11
1.1 Definição de alguns conceitos utilizados neste livro	11
1.2 A evolução da imagem da criança na sociedade	15
2. Método qualitativo e investigação com crianças	17
2.1 Porquê a investigação qualitativa com crianças?	17
2.2 Como minimizar enviesamentos característicos de abordagens qualitativas?	19
3. Dicas práticas para trabalho qualitativo com crianças	23
3.1 O consentimento informado	23
3.2 Os encontros com as famílias	28
4. Conclusões	47
Referências bibliográficas	49

Introdução

A participação da criança e o conhecimento das suas opiniões e interesses tem sofrido um crescimento exponencial no âmbito da investigação educacional. Esta participação alterou-se ao longo do tempo, alterando-se também as práticas: antes os profissionais realizavam «investigação sobre» crianças, agora também é possível planear «investigação com» crianças (Brownlie *et al.*, 2006). Aliás, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 2019) consagra nos direitos da criança o formar e expressar opiniões livremente sobre todos os assuntos que lhe diga respeito, ressalvando que a sua opinião é dada de acordo com a sua idade e maturidade (artigo 12.º). Muitos dos outros 54 artigos da Convenção referem igualmente dever respeitar-se e incluir a criança.

No entanto, como Reddy e Ratna (2002) referem, «infelizmente, o direito da criança à participação é muito discutido e muito poucos conseguiram traduzir isso em ação e torná-lo numa realidade» (p. 5). Além disso, investigações e solicitações a crianças levantam questões éticas.

Por isso, abordar essas questões pode ser crucial para os processos, métodos e resultados de uma investigação eficaz que inclua crianças mais jovens.

Qual o objetivo e para quem é este livro?

Pretende-se com este livro apresentar estratégias de investigação qualitativa que envolvam crianças até oito anos. Estas estratégias pautam-se por ter em conta uma postura ética, respeitando as opiniões e levando em consideração a participação das crianças na investigação.

Este livro foi desenvolvido para apoiar investigadores ou comissões de ética relativas a investigação com crianças mais jovens, nomeadamente até aos oito anos, ou outros interessados. Poderá também ser um auxílio para *policy-makers* e organizações que realizem investigação com crianças, com políticas e práticas baseadas em evidências que defendam os direitos e o bem-estar da criança, que obrigam a uma investigação de qualidade sustentada em critérios éticos.

Procura-se apoiar a reflexão de investigadores, e de outras partes interessadas, em relação às decisões e às ações subsequentes que se tomam durante todo o processo de investigação. Esse envolvimento reflexivo, no contexto da investigação ética com crianças, deve fazer com que os investigadores ponderem acerca de questões como:

- Se a investigação é necessária e deve ser realizada;
- Se os investigadores estão preparados e têm capacidade para conduzir a investigação;
- Quais as suas suposições sobre a infância e as crianças envolvidas.

Como está organizado este livro?

Este livro está dividido em cinco partes, ao longo das quais serão mencionados vários conceitos; por isso, na Parte 1 pareceu-nos relevante apresentar a definição de cada um deles. Ainda

nesta Parte 1 apresenta-se a evolução da definição do conceito de criança, evolução intimamente ligada à participação da criança na sociedade e, conseqüentemente, à investigação.

Na Parte 2 refletimos sobre as mais-valias da investigação qualitativa com crianças, assim como sobre formas de minimizar enviesamentos característicos desta abordagem.

Na Parte 3 são apresentados métodos para realizar investigação qualitativa com a criança, tendo em conta questões éticas. O maior foco é dado ao consentimento informado e à realização da entrevista à criança. Apresentam-se também dicas para uma recolha de dados mais efetiva: são apresentadas estratégias para criar uma relação com a criança, assim como variadas atividades de quebra-gelo, com o intuito de motivar a criança a participar na investigação.

Por fim, na Parte 4 terminamos com uma breve conclusão seguida da apresentação das referências bibliográficas.

O livro foi escrito segundo as normas da 7.^a edição da APA.

1.

Conceitos para refletir sobre o papel da criança na sociedade

Capítulo redigido com a colaboração de Isabel Baltazar¹.

Ao longo do livro iremos recorrer a vários conceitos. Assim, neste ponto apresentaremos a sua definição com pormenor para o leitor melhor perceber o nosso ponto de vista. Iremos também apresentar a evolução da imagem da criança na sociedade, tendo em conta a sua participação na investigação.

1.1 Definição de alguns conceitos utilizados neste livro

Anonimato

O anonimato descreve situações em que a identidade da pessoa que atua é desconhecida.

¹ Professora Auxiliar e Presidente da Comissão de Ética no ISEC Lisboa. Investigadora no ISEC Lisboa e no IHC/NOVA FCSH.

Confidencialidade

Confidencialidade é o princípio e a prática de manter as informações confidenciais privadas, a menos que o proprietário ou o guardião dos dados dê consentimento explícito para que sejam compartilhados com outra parte.

Criança

Neste livro adotamos a definição de criança presente no artigo 1.º da Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 2019), que refere que uma criança é «todo o ser humano com menos de 18 anos, a menos que, de acordo com a lei aplicável à criança, a maioria seja atingida mais cedo». Apesar desta definição, o livro destina-se principalmente a investigadores e outros que realizem investigação com crianças mais jovens, até aos oito anos. Não obstante, a informação aqui apresentada poderá ser adequada a outras faixas etárias.

Segundo o artigo 5.º da Convenção sobre os Direitos da Criança, os investigadores são obrigados a providenciar diretivas à criança que participe na investigação tendo em consideração as suas capacidades e maturidade. Deste modo, é preciso reconhecer a competência da criança atendendo à idade como um fator determinante no exercício dos direitos humanos. Resalvamos que o artigo 5.º reconhece que as diversas experiências de vida das crianças, em diferentes ambientes e culturas, significam que a sua aquisição de competências irá variar em diferentes idades e de acordo com as circunstâncias pessoais (Lansdown, 2005). Os investigadores são obrigados a ter em consideração os contextos da vida da criança, as suas experiências e competências para garantir que tenham oportunidades de tomar decisões e respeitar o exercício dos seus direitos, sendo

protegidas de acordo com a sua idade e as suas capacidades em aquisição.

Ética

Segundo a *Ethical Research Involving Children* (2020a), a ética refere-se a padrões bem fundamentados sobre o que é certo e errado que prescrevem o que os humanos devem fazer, geralmente em termos de direitos, obrigações, benefícios para a sociedade, justiça ou virtudes específicas. Por exemplo, a ética refere-se aos padrões que impõem as obrigações de não cometeros estupro, roubo, assassinato, agressão, calúnia e fraude. A ética também envolve o estudo e o desenvolvimento dos nossos próprios padrões éticos através da reflexão contínua acerca das nossas crenças morais e da nossa conduta.

Os padrões éticos também incluem padrões de honestidade, compaixão e lealdade, assim como padrões relativos a direitos, como o direito à vida, o direito a não sofrer lesões e o direito à privacidade.

A ética tem como meta a paz e a compreensão, que geram valores como o espírito de equipa, a solidariedade, a tolerância e a competição leal, contribuindo assim para o desenvolvimento e melhoria pessoal. Competir nobremente, almejando a excelência e a perfeição, é seguir os princípios éticos, sendo este um caminho para a melhoria do ser humano.

Ética na prática

«Ética na prática» é frequentemente referida como ética situacional, ética *in situ*, ética situada, microética, ética quotidiana, momentos eticamente importantes ou ética relacional. A ética na prática refere-se aos dilemas do dia a dia, a questões

«complicadas» e a «momentos» eticamente importantes que surgem ao longo do processo de investigação, particularmente, mas não exclusivamente, na investigação qualitativa. Estas questões tendem a surgir na dinâmica das relações de investigação e podem ser influenciadas pelo contexto do ambiente onde esta se realiza. Podem não ter uma solução certa ou errada, pois muitas vezes são dilemas morais específicos de um/a contexto/situação em concreto e das pessoas envolvidas.

«Ética na prática» exige que os investigadores sejam reflexivos e estejam constantemente atentos às dimensões éticas de todas as interações, decisões e possíveis implicações (Ethical Research Involving Children, 2022b).

Privacidade

A privacidade garante que os participantes na investigação sejam anónimos, não sendo identificados no trabalho escrito da investigação, em apresentações ou noutros meios de divulgação de resultados.

Os participantes não podem ser prejudicados ou comprometidos pela divulgação dos resultados. Para tal, algumas estratégias podem ser utilizadas para ajudar a manter o anonimato: podemos remover informações de identificação dos relatórios ou alterar o nome das comunidades, omitindo os nomes dos participantes e usar pseudónimos.

Se quisermos usar fotografias que apresentem imagens da criança, de outras pessoas, de locais facilmente identificáveis (como a fachada de uma escola) ou outros recursos que permitam algum tipo de identificação, bem como o uso de testemunhos diretos da criança, temos de ter especial cuidado e pedir um *consentimento informado* (iremos desenvolver a realização de um consentimento informado na Parte 3).

1.2 A evolução da imagem da criança na sociedade

Nos últimos anos, tem surgido um novo discurso sobre o modo como as crianças são vistas. Elas são atores sociais com todos os seus direitos autônomos. São coconstrutoras de conhecimento, identidade e cultura, estando a infância a ser reconhecida como um contexto socialmente construído.

As considerações éticas mudaram significativamente, passando de um discurso predominantemente protecionista, que encara a criança como vulnerável e exigindo salvaguarda do adulto, para uma ênfase no reconhecimento da agência e competência da criança e destacando o seu direito de participação.

A investigação mais recente que envolve crianças tem agora em conta uma mistura de diversas ideologias, metodologias e práticas de investigação, com abordagens éticas moldadas pelos próprios entendimentos dos investigadores, tendo também em consideração argumentos teóricos, sociopolíticos e culturais mais amplos. Esta investigação evoluiu historicamente, passando da sua realização num ambiente sem significado para a criança para um ambiente caracterizado por desafios complexos, multidimensionais e dinâmicos, refletindo a multiplicidade de ambientes e experiências da criança. Tal acontece, por um lado, porque as crianças têm perspectivas únicas sobre as suas vidas e as suas aprendizagens. Por isso, devemos escutá-las e entender, do seu ponto de vista, como as políticas e práticas as afetam (Roberts, 2008; Rudduck & McIntyre, 2007). Por outro lado, a imagem da criança tem-se alterado ao longo dos anos. Segundo Morrow e Richards (1996), a criança era vista como sendo vulnerável e incompetente. No entanto, as definições de criança (cf. UNICEF, 2009) e de infância (Ariès, 1962) evoluíram. Para educadores de infância mais jovens e investigadores educacionais, a capacidade de a maioria das crianças pensar abstratamente, raciocinar,

considerar os interesses dos outros e entender as consequências das suas decisões pessoais desenvolve-se e amadurece ao longo da infância. Para além disso, crianças da mesma idade variam consideravelmente nas suas capacidades, disposições e agência de tomada de decisão. Assim, qualquer criança em particular, independentemente da idade cronológica, pode desejar e ser capaz de demonstrar a capacidade de tomar uma decisão com base no entendimento dos seus próprios interesses e no de outras pessoas.

2.

Método qualitativo e investigação com crianças

Iremos aqui justificar a importância de realizar investigação com as crianças mais jovens, alertando para alguns enviesamentos que possam surgir no percurso da recolha de dados.

2.1 Porquê a investigação qualitativa com crianças?

Nas Ciências Sociais em geral, as crianças mais jovens sempre suscitaram interesse e preocupação por parte dos investigadores, sobretudo por serem consideradas mais vulneráveis aos efeitos negativos de alguns fenómenos sociais, uma vez que poderão não ter desenvolvido ainda as capacidades e competências físicas, cognitivas, sociais ou emocionais para lidarem com os desafios da vida em sociedade (Strasburger *et al.*, 2009).

Por exemplo, nas nossas áreas de investigação, a Educação e as Ciências da Comunicação, há sempre uma grande preocupação em compreender se as crianças estão ou não num estágio de desenvolvimento que lhes permita beneficiar de certas técnicas ou instrumentos de aprendizagem, ou saber interpretar os conteúdos dos meios de comunicação, como notícias e publicidade.

Apesar desta preocupação com a eventual maior vulnerabilidade das crianças, a maior parte dos estudos sobre temáticas com elas relacionadas apenas as incluía indiretamente (Sonpal *et al.*, 2019). Em primeiro lugar, o acesso às crianças é sempre dificultado, pois implica obter a concordância dos progenitores. Seguidamente, é muito mais exigente do ponto de vista ético, pois há que considerar se a criança tem ou não a capacidade de compreender o que está a fazer, o que é que a sua participação no estudo implica, e de decidir por si mesma se quer ou não participar. Por fim, a recolha de dados diretamente junto das crianças também tem de ser adaptada ao seu estágio de desenvolvimento. É necessário usar uma linguagem que elas compreendam, e é imperativo ter em conta que crianças com menos de oito anos não são ainda proficientes na leitura e na escrita, pelo que técnicas de recolha de dados que permitem atingir amostras alargadas de forma prática, como é o caso dos inquéritos por questionário, não são viáveis. Assim, a maior parte dos estudos sobre estas temáticas recolhiam dados junto de pais e educadores de infância ou professores, sendo estes considerados como representantes da voz das crianças.

Durante os anos 1990, investigadores ligados à área digital, partindo da observação da grande capacidade que as crianças têm para serem ativas e se expressarem no mundo digital, começaram a questionar porque é que este grupo estava tão ausente da investigação científica, sobretudo em temáticas que envolviam o grupo como agente (Livingstone, 2008). Este questionamento deu origem a novas linhas de investigação que procuraram incluir as crianças como protagonistas no seu trabalho, e que para isso recorrem maioritariamente ao método qualitativo, usando técnicas de recolha de dados como a etnografia, a observação participante e não participante, as entrevistas e os grupos de discussão. Para além disso, devido à evolução da investigação na área da psicologia

de desenvolvimento da criança, a sua imagem também foi sendo alterada, conforme já referido mais acima (ponto 1.2).

Não pretendemos, neste livro, discutir as vantagens e desvantagens do método quantitativo e do qualitativo, até porque o ideal é articulá-los de forma a permitirem uma visão mais holística e aprofundada sobre o objeto de estudo (Creswell, 2018). O que argumentamos é que o método qualitativo é um caminho mais viável quando o nosso objeto de estudo são crianças que podem ainda não ter as capacidades ou competências necessárias para responder a um questionário de modo autónomo. Além da questão da viabilidade, temos ainda a questão da qualidade dos dados. O método qualitativo assenta na construção de uma relação empática e de confiança com as crianças, e assim permite a recolha de dados mais ricos e genuínos, sendo o mais apropriado quando o objetivo é mesmo incluir na nossa investigação a «voz» das crianças.

2.2 Como minimizar enviesamentos característicos de abordagens qualitativas?

O método qualitativo permite olhar para o objeto de estudo em profundidade e recolher dados de enorme riqueza, mas está também sujeito a enviesamentos difíceis de evitar. No entanto, o investigador deve fazer o seu melhor para os minimizar.

O primeiro desses enviesamentos é a presença e interação com o próprio investigador (Friesen *et al.*, 2020). Desenvolver pesquisa qualitativa com crianças implica criar uma relação de proximidade e confiança, e também envolver as suas famílias. É difícil recorrer a uma postura não participante, que é mais artificial. E a partir do momento em que o investigador interage com a criança, as suas características individuais e a sua postura influenciam a construção dessa relação, e a recolha de dados.

Embora possamos achar que as crianças são mais sensíveis ou vulneráveis à presença do investigador, e que ficam mais facilmente condicionadas por saberem que estão a participar num estudo, estas questões também se refletem no comportamento dos pais.

Um enviesamento muito comum é o desejo de agradarem ao investigador (Cousin, 2002). É muito importante explicar às famílias, logo desde o início, que não estão a ser testadas ou avaliadas, e que não há respostas certas ou erradas. O investigador deve transmitir que está genuinamente interessado em conhecer e compreender as suas experiências e perspetivas, e que será precisamente isso que o conduzirá a novo conhecimento científico. Deve reforçar que é importante que respondam com candura, e que evitem responder o que acham que o investigador quer ouvir. Também é importante que, ao abordarmos potenciais participantes, face à necessidade de explicarmos em que consiste o nosso estudo, transmitamos apenas a informação estritamente necessária do ponto de vista ético, procurando influenciar o mínimo possível a atuação dos eventuais participantes. Por exemplo, é de evitar tentar convencer uma família a participar num estudo sobre o uso do TikTok por crianças pequenas argumentando que este estudo poderá prevenir o vício nesta plataforma. Já estamos a dar a entender que consideramos a plataforma potencialmente viciante, e que isso é negativo, uma vez que o pretendemos impedir. Devemos informar sobre os objetivos do nosso estudo da forma mais neutra possível.

No caso das crianças, este desejo de agradar é reforçado pelo reconhecimento de autoridade ao adulto (Thomas & O’Kane, 2006), pelo que o investigador não deve nunca aproveitar-se desse seu estatuto para pressionar a criança a fazer alguma atividade ou a falar sobre algum tema. A participação voluntária da criança deve ser sempre respeitada.

No caso dos pais, atua em sinergia com o desejo de agradar o enviesamento da desejabilidade social (Grimm, 2010), bem como a pressão para a conformidade social (Moscovici & Faucheux, 1972). O enviesamento para a desejabilidade social significa que os pais irão querer projetar uma imagem que corresponda ao que acham ser a imagem ideal de família e de uma boa parentalidade. No caso de a investigação decorrer na habitação da criança, os pais irão querer receber o investigador com a casa arrumada, irão querer mostrar o quanto os seus filhos são bem-educados, inteligentes e especiais. Por outro lado, os pais irão também sentir-se pressionados a mostrar que são uma família «normal», que se enquadra no que é bem-visto e aceite socialmente. Até podem ter encontrado soluções e dinâmicas que funcionam bem na sua experiência e vivência, mas irão querer apresentar-se ao investigador de uma forma que julgam ser vista como «normal».

Devido a estes enviesamentos, é frequente que os pais tenham instruído as crianças sobre como se deverão comportar ou o que deverão dizer previamente à visita do investigador. Para evitar este tipo de influência dos pais, o ideal é, após um momento inicial de apresentações e quebra-gelo, conversar separadamente com os pais e com os filhos, para podermos posteriormente triangular os dados recolhidos. Quando observamos que, face a uma questão ou tema, a criança olhou para os pais procurando aprovação ou indicações antes de responder, ou que os pais interromperam a criança e responderam por ela, o ideal é retomar o mesmo tema com a criança quando os pais não estiverem presentes, procurando assim ouvir a sua verdadeira voz.

Por fim, outro enviesamento característico da pesquisa qualitativa é a necessidade de confiarmos em dados autorreportados pelos participantes no estudo (Rosenman *et al.*, 2011), que podem não corresponder exatamente aos factos, por falhas de memória, ou mesmo intencionalmente, até pelos enviesamentos indicados

acima. Relativamente às falhas de memória, podemos desenvolver jogos ou atividades que estimulem a recordação espontânea. Pode ser algo tão simples como imagens ou cartões com palavras-chave relacionados com as temáticas que queremos abordar. Estes elementos irão servir como «gatilhos» para a memória, e também como «iniciadores de conversa».

Outra estratégia ainda é observar muito bem o ambiente doméstico em que nos encontramos, e questionar sobre eventuais inconsistências. Por exemplo, se os pais nos garantem que uma criança só utiliza tecnologias digitais ao fim de semana, mas depois observamos que tem no seu quarto uma televisão ligada a uma consola, podemos questionar a criança sobre a presença dessas tecnologias num espaço de fácil acesso e privado, confirmando assim quando é que são efetivamente usadas.

3.

Dicas práticas para trabalho qualitativo com crianças

Nesta parte serão apresentadas estratégias para promover a investigação com as crianças, nomeadamente a realização do consentimento informado, o melhor local para as entrevistas e outras estratégias que têm em vista o bem estar das crianças, assim como uma recolha ética de dados.

3.1 O consentimento informado

O consentimento informado baseia-se no respeito dos direitos dos participantes e na sua competência para tomarem decisões informadas sobre a participação sem coação, coerção ou força (David *et al.*, 2001). Tem como objetivo tornar os participantes cientes do propósito do estudo, bem como informar o que os métodos de investigação abrangem, os potenciais riscos e benefícios envolvidos ao participar, até que ponto o seu anonimato será protegido e informar que o participante pode retirar-se do estudo a qualquer momento, sem qualquer dano ou inconveniente (Crow *et al.*, 2006; David *et al.*, 2001).

As crianças são menores e, portanto, são consideradas uma população vulnerável que pode não ter capacidade cognitiva

para tomar decisões informadas (Malone, 2002). Consequentemente, os investigadores devem envolver-se com os pais/encarregados de educação (EE) para que estes conheçam o estudo e possam, então, dar o seu consentimento por procuração para que o seu filho participe; o consentimento da criança também deve ser obtido (Head, 2018). Os cuidadores tomam decisões informadas em nome dos seus filhos e agem no melhor interesse deles enquanto, ao mesmo tempo, os direitos das crianças à autodeterminação também são respeitados através do pedido do seu consentimento (Head, 2018).

A obtenção do consentimento das crianças/participantes é uma parte fundamental do processo de investigação (Powell *et al.*, 2011). Esta tem em conta importantes considerações éticas subjacentes, incluindo a demonstração de respeito pela dignidade do participante na investigação, ou seja, a sua capacidade e direito de tomar decisões sobre assuntos que o afetam, nomeadamente a respeitar o seu conhecimento sobre a sua própria situação e capacidade de avaliar os potenciais riscos associados à participação na investigação, reconhecendo que as crianças têm a capacidade de avaliar quaisquer riscos para si mesmas (Laws & Mann, 2004). Tal respeito sustenta a responsabilidade de os investigadores defenderem o direito das crianças de discordar, isto é, de recusarem a participação e de se retirarem a qualquer momento, priorizando essa situação sobre o desejo dos seus pais ou outros que participem no estudo. Obter o consentimento informado dos participantes também mostra honestidade, na medida em que o investigador não enganou o participante sobre o estudo ou a natureza do seu relacionamento.

O consentimento informado tem quatro características principais: envolve um ato explícito (p. ex., um acordo verbal ou escrito); só pode ser dado se os participantes forem informados e compreenderem a investigação; deve ser dado voluntariamente,

sem coerção; deve ser renegociável, para que a criança possa abandonar a investigação em qualquer estágio do processo (Gallagher, 2009). Estas quatro características principais são explicadas em mais pormenor a seguir.

Um requisito da investigação ética é que os participantes sejam informados e compreendam a atividade de investigação, independentemente da metodologia usada. Portanto, a criança deve receber informações adequadas à sua idade e às suas capacidades, tendo em consideração o contexto ambiental, as diferentes experiências e as capacidades evolutivas de cada uma.

A criança deve compreender o que a investigação envolve, incluindo os riscos e potenciais benefícios. Dar informações à criança permite-lhe uma escolha significativa sobre a participação, preserva a sua confiança nos investigadores e na instituição que apoia a investigação, e demonstra respeito (Spriggs, 2010).

Outras pessoas que eventualmente poderão dar o consentimento para a participação da criança também devem receber informações sobre a investigação. Os pais/EE têm o direito de receber orientações sobre o papel do seu filho na investigação e os seus próprios papéis e responsabilidades. Podem ser providenciadas informações que sublinhem a capacidade de a criança se envolver na investigação e auxiliem os pais/EE a ajudar a criança a tomar decisões sobre a sua participação, em vez de substituir os seus pontos de vista ou agir por sua própria conveniência, exceto em situações em que a criança é incapaz de expressar o seu ponto de vista ou é especialmente vulnerável. Para uma criança, por exemplo, com deficiências específicas, os pais/EE que falam em seu nome ou sobre a criança podem decidir se consentem a sua participação na investigação, possibilitando assim a sua inclusão (National Disability Authority, 2009) No entanto, para respeitar a autonomia da criança, o uso de segundas pessoas deve ser minimizado.

A criança é capaz de conceder consentimento?

A Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 2019) reconhece as capacidades em desenvolvimento da criança (artigo 5.º), e por isso os processos de consentimento devem ser elaborados de acordo com essas mesmas capacidades.

A idade em que a criança é considerada capaz de providenciar consentimento informado para a investigação é um assunto controverso, variando entre países. Os requisitos inconsistentes e contraditórios e as suposições subjacentes sobre as capacidades da criança podem ser uma fonte de frustração para os investigadores (Powell *et al.*, 2011). No entanto, as suposições em contextos que a criança carece de maturidade cognitiva e/ou desenvolvimento moral para tomar decisões informadas sobre o seu envolvimento na investigação são contestadas por estudos que mostram que a criança, incluindo a que é muito jovem ou tem dificuldades de aprendizagem, é capaz de tomar decisões quando lhes são providenciadas informações apropriadas (Powell *et al.*, 2011). Quando tal criança é considerada incapaz de dar consentimento, a sua exclusão do processo de tomada de decisão reforça a visão da sua dependência e incompetência (Gallagher, 2009).

De modo a podermos contornar este obstáculo, talvez nos devamos dedicar menos à questão se a criança é capaz de providenciar consentimento e mais sobre as capacidades de os investigadores proporcionarem informações e adaptarem os processos de consentimento de forma criativa para darem resposta às necessidades da criança, ao mesmo tempo que garantimos uma prática de investigação rigorosa.

Como deve ser recolhido o consentimento?

O consentimento geralmente envolve a recolha de uma assinatura escrita ou impressão digital pelo participante, mas às vezes é feito um acordo verbal. Meios flexíveis de proporcionar informações e significar consentimento são essenciais para a criança ou para os pais/EE, que não podem ou não querem usar métodos escritos.

A assinatura de formulários de consentimento pode ser problemática e/ou intimidante para aqueles que não são fisicamente capazes. Por isso, devem ser usados métodos flexíveis e apropriados para proporcionar informações, e o consentimento pode ser indicado verbal ou ativamente. Em situações em que a criança ou os pais/EE não providenciam consentimento por escrito, é importante ter um processo planeado e testemunhas (ou meios de auditoria) que possam verificar se um processo adequado foi seguido.

Como podem os investigadores assegurar-se de que a criança está adequadamente informada?

Os investigadores devem proporcionar informações adequadas à idade e às competências da criança de forma escrita e verbal. Em vez de usar uma forma de linguagem formal e científica, é importante «traduzir» as ideias em termos mais simples com o objetivo da comunicação entre investigadores e participantes. Métodos inovadores de informar a criança também podem ser usados, por exemplo, disponibilizando fotografias ou pequenos vídeos para diminuir a dependência de formulários escritos de consentimento.

Que informação deve constar no consentimento informado?

As informações devem incluir o tema da investigação, o objetivo, o que envolve a participação, quaisquer riscos ou benefícios potenciais dos quais o investigador esteja ciente, a opção de desistência durante a investigação e questões práticas, como por exemplo, onde a investigação será realizada e por quanto tempo. Além disso, a criança deve ser informada sobre o que o investigador pretende fazer com tudo o que elas irão produzir no processo de investigação, sejam desenhos, recolha de som ou fotografias. Se a intenção é que tais produtos sejam recolhidos pelo investigador, isso deve ser explicitado à criança, e as questões de propriedade e reconhecimento discutidas e esclarecidas para que o consentimento seja dado.

3.2 Os encontros com as famílias

Qualquer investigação envolvendo crianças implica o contacto com os progenitores para obtenção de consentimento, e este só é dado por eles se sentirem que a participação da criança será segura e que potencialmente até trará algum benefício para a criança. Assim, quaisquer que sejam as técnicas de recolha de dados que vamos usar, elas serão certamente aplicadas durante um encontro com as famílias. Nesta secção, apresentamos algumas dicas para planear estes encontros com as famílias e colocar em prática várias estratégias para recolha de dados, sendo que usaremos como exemplo principal a entrevista, que é frequentemente completada com outras técnicas, como a observação participante ou não participante, ou com jogos e atividades.

Que competências devemos ter para entrevistar uma criança mais jovem?

Embora muitas das competências usadas por investigadores que realizam investigação com adultos sejam importantes e transferíveis, elas por si só não são suficientes, e outras competências adicionais são necessárias para conduzir investigação com crianças mais jovens. A necessidade de os investigadores terem competências e formação especializada é identificada como essencial em toda a literatura ética e pelos próprios investigadores (Powell *et al.*, 2011). A formação inclui o desenvolvimento de competências para estabelecer um ambiente harmonioso com a criança, para a colocar à vontade, para ela compreender dicas verbais e não verbais e responder às necessidades que ela possa revelar durante o processo de investigação (Schenk & Williamson, 2005).

3.2.1 Criar uma relação com a criança

Desde a história do Capuchinho Vermelho e do Lobo Mau, até às múltiplas advertências dos adultos, as crianças são ensinadas, desde pequenas e repetidamente, a não falarem com estranhos. E quando a nossa pesquisa começa, é isso mesmo que somos.

Para nossa sorte, as crianças são naturalmente curiosas e fazem amizades em dois minutos. Passar de «estranho» a «amigo» acaba por ser um processo rápido e natural, mas que podemos ainda facilitar através de algumas estratégias.

A teoria da redução da incerteza (Berger & Calabrese, 1975) identifica variáveis que reduzem a incerteza, ajudando precisamente a que estranhos se conectem e construam uma relação.

Como nos devemos apresentar?

Antes de iniciarmos propriamente a recolha de dados, é importante termos em atenção pequenos pormenores que ajudam muito na criação de empatia com a criança. A nossa imagem e postura deve ser familiar e acessível. Devemos preferir roupas casuais a formais. Devemos também tratar a criança de uma forma que lhe seja familiar, de modo a criar intimidade.

É muito importante que não falemos com a criança «de cima para baixo». Devemos sentar-nos no chão, colocar-nos de joelhos ou abaixar-nos, de modo a que os nossos olhos fiquem ao nível dos da criança. Também devemos evitar consultar com frequência o *smartphone*, gravador ou bloco de notas. É claro que temos de registar os dados que estamos a recolher, mas devemos fazê-lo de forma natural e discreta, para que a criança sinta que tem toda a nossa atenção e que a sua participação é importante.

Primeira conversa

Uma das variáveis que, segundo Berger e Calabrese (1975), nos ajuda a construir relações é a pertença a redes sociais comuns. Assim, podemos começar por explicar à criança como é que conhecemos os seus progenitores e como é que chegámos ao seu contacto. Também podemos mencionar que já entrevistámos alguma outra criança sua conhecida, se estivermos a usar a técnica de amostragem bola de neve (Handcock & Gile, 2011), por exemplo.

Outra variável é a busca de informação. Se não nos conhecer, a criança estará naturalmente curiosa. Então, devemos começar com uma breve apresentação, na qual dizemos o nosso nome e explicamos o nosso trabalho. Nesta apresentação, devemos incluir pormenores que poderão interessar mais à criança e que

nos ajudarão a descobrir pontos em comum. A criança não se interessará por saber onde fizemos o nosso doutoramento, mas certamente achará graça se partilharmos qual é a nossa comida preferida, que desportos praticamos, ou se temos algum animal de estimação. Também podemos pedir à criança que partilhe alguma informação sobre ela própria.

Esta breve troca irá alimentar outra variável relevante, que são as afinidades. Se descobrirmos afinidades, isso aproximá-nos-á. Como auxílio, devemos fazer alguma pesquisa prévia para descobrirmos quais são as séries de desenhos animados ou filmes mais populares, ou quais são os brinquedos mais em voga nesse momento. Depois, basta observarmos um pouco a criança e o seu ambiente, e certamente repararemos num brinquedo ou na prática de uma atividade que poderemos referir para «alimentar» a nossa conversa. Após essa partilha e descoberta de interesses comuns, já teremos passado de «estranhos» a «amigos».

Estratégias de quebra-gelo

Após a nossa apresentação à criança, provavelmente teremos de continuar com estratégias de criação de empatia. Uma estratégia de quebra-gelo que podemos utilizar é um jogo. Não nos podemos esquecer que as crianças pequenas têm pouco tempo de atenção, e por isso temos de aproveitar bem a nossa oportunidade! Tendo isso em conta, se conseguirmos usar as atividades quebra-gelo para recolher já alguns dados, é o ideal.

Podemos criar cartões nos quais constam indicações como «cor preferida», «clube de futebol», e cada um que tira um cartão vai partilhando essa informação. Alguns dos cartões podem já estar direcionados para o tema em estudo.

Por exemplo, numa investigação que realizámos, imprimimos e recortámos seis *emojis* que representavam expressões

como «zangado», «alegre», «triste», «assustado», «riso» ou «eufórico». Imprimimos e recortámos também ícones de aplicações que julgámos serem familiares às crianças, como «Tom o gato», «Facebook», «Email», «WhatsApp», «Lego», «Google», entre outras (Figura 1). De seguida, colocámos algumas questões, que foram apresentadas atendendo à idade e maturidade da criança (aqui estão apresentadas por grau de dificuldade):

1. Pedimos para as separarem e colocarem de um lado as aplicações que conheciam ou as que mais gostavam, e do outro as que não conheciam ou não gostavam tanto (nesta atividade não apresentámos os *emojis* com as expressões);
2. Apresentámos um ou dois *emojis* e pedimos para fazerem corresponder alguns/todos os ícones à expressão que mais se adequava;
3. Apresentámos os seis *emojis* e pedimos para fazerem corresponder todos os ícones à expressão que mais se adequava.

O critério de seriação será à escolha do investigador. No nosso caso, como o tema era a utilização das tecnologias digitais, tínhamos cartões com «dispositivo digital preferido», «jogo digital preferido» ou «aplicação preferida».

Este jogo usou uma linguagem familiar às crianças, resultando muito bem com elas, e permitiu-nos recolher informação importante para o nosso estudo. No final do jogo, fotografámos as combinações feitas por cada criança.

Outra atividade que costumamos realizar é a seguinte: imprimimos imagens de dispositivos digitais, como um *smartphone*, uma consola de jogos, uma televisão, um computador portátil, um computador de mesa, um leitor de MP3, entre outros, e pedimos às crianças para as separarem e colocarem de um lado os que conheciam ou os que mais gostavam, e do outro lado os que não conheciam ou não gostavam tanto.

longo dos nossos estudos, a sessões de penteados, maquiagem e manicure, a jogos de futebol, a construções com blocos, a desfiles de moda e a uma infinidade de outras atividades que, ao mesmo tempo, foram desafiantes e muito divertidas.

Outra possibilidade é contactarmos com a criança previamente à entrevista em si. Por exemplo, em alguns estudos, fizemos uma primeira visita de apresentação, na qual brincámos com a criança, e depois combinámos outra sessão de brincadeira, na qual aproveitámos para recolher os dados. Num estudo particular que fizemos durante o primeiro confinamento devido à pandemia covid-19, enviámos previamente um vídeo no qual nos apresentávamos, que os pais mostraram às crianças, e assim, quando nos encontrámos numa plataforma de videoconferência para a entrevista, já não éramos completos estranhos.

É importante dar a cada criança o tempo de que necessita para se familiarizar connosco, e não ir ter com as crianças com hora marcada. Algumas entrevistas estão terminadas em 20 minutos, outras podem demorar a tarde toda. As palavras de ordem são disponibilidade e criatividade. Há que conquistar o nosso espaço no coração da criança, para ela nos dar a sua atenção e confiança em troca.

3.2.2 A participação informada, voluntária e comprometida das crianças

Como motivar a criança a participar num estudo científico?

O que as crianças mais gostam de fazer é brincar. Participar num estudo científico pode parecer aborrecido, ou podem ficar receosas de não saberem responder às nossas perguntas.

Quando obtemos o consentimento informado da criança, não nos podemos esquecer de que os adultos são figuras de

autoridade, e que a criança é ensinada a obedecer aos adultos. Se um adulto diz à criança que vai participar num estudo, ela é colocada numa posição de fragilidade, em que muitas vezes não consegue manifestar a sua vontade, ou eventuais dúvidas. Sendo assim, no âmbito de uma investigação ética, o investigador deve procurar compreender a real vontade da criança, e respeitá-la.

Uma forma de o fazer é criar um formulário de consentimento informado resumido e numa linguagem adaptada à da criança, podendo até ser com imagens ou em formato de banda desenhada. Serve para explicarmos à criança os objetivos e a importância do estudo, o que é que a sua participação implica, e obtermos um compromisso da sua parte, assinando o formulário, nem que seja com um rabisco, se ainda não souber escrever o seu nome. Desta forma, a criança sente-se importante e empoderada ao poder tomar a sua própria decisão. Na nossa experiência em vários projetos, a assinatura deste formulário de consentimento adaptado às crianças é um momento revestido de alguma solenidade, em que as crianças sentem que estão a ser tratadas como «crescidas», responsabilizadas e valorizadas. Normalmente expressam muito agrado em assinar o documento.

Pode também acontecer que a criança tenha receio de não saber responder às nossas questões ou de responder erradamente. A sua experiência na escola pode levá-la a ver a nossa entrevista como uma avaliação e a sentir-se julgada. É importante explicar-lhe que estamos a estudar um tema relacionado com ela e que precisamos de falar com ela precisamente porque ela é que é especialista nesse tema, e queremos conhecer a sua experiência e opiniões. Devemos reforçar que não há respostas corretas nem incorretas, que estamos genuinamente interessados em conhecer a sua perspetiva.

A criança também gosta naturalmente de ajudar. Se lhe explicarmos que os resultados do nosso estudo podem contribuir

para ajudar outras pessoas, sobretudo outras crianças como ela, normalmente a reação é de um maior entusiasmo em participar. Também lhe podemos perguntar se deseja que, no final do nosso estudo, partilhemos com ela os resultados. Normalmente, os pais/EE também têm interesse em ter acesso aos resultados. Assim, a par dos tradicionais relatórios e publicações académicas, podemos criar um folheto ou brochura simplificado, mais adequado para a disseminação dos resultados a públicos não académicos, para partilharmos com as famílias participantes no final do estudo.

E se a criança, durante a entrevista, não quiser mais participar?

Um aspeto importantíssimo é respeitar sempre a vontade da criança e a sua participação voluntária. Se, em algum momento, a criança manifestar cansaço, desinteresse, ou vontade de terminar a entrevista, seria fácil para o adulto insistir, pedir-lhe para responder a mais duas ou três perguntas. A maior parte das crianças irá aceder ao pedido do adulto. Mas isso não respeita o seu direito a interromper ou terminar a sua participação no estudo a qualquer momento. Se houver distrações, podemos tentar voltar a obter a atenção da criança, recentrando-a no tema. Se houver cansaço, podemos propor interromper a entrevista e continuar após uma pausa para comer ou para brincar, ou mesmo noutro dia. Se a criança manifestar mesmo vontade de não continuar a conversar connosco, devemos respeitar. É frustrante ouvir uma criança dizer-nos que já não quer continuar depois de termos jogado futebol com ela durante uma hora e feito só uma pergunta do nosso guião de 20? É. Mas, se queremos desenvolver pesquisa ética, temos de respeitar a vontade da criança. Será necessário procurar outra família, e por isso devemos sempre selecionar uma amostra ligeiramente superior à que necessitamos.

3.2.3 A recolha e o registo dos dados

Onde devemos entrevistar a criança?

A criança deve ser entrevistada num local tranquilo e privado, onde seja possível falar sem ser ouvida ou interrompida. No entanto, existem dificuldades práticas inerentes a esta abordagem que surgem se, por exemplo, a criança for entrevistada na sua habitação, na escola ou noutros locais onde o espaço pode ser exíguo (Valentine, 1999), onde podem haver várias interrupções (MacDonald & Greggans, 2008), onde os adultos podem sentir-se no direito de se juntar à criança que participa da investigação (Clacherty & Donald, 2007), ou onde a criança pode não ser capaz de se recusar a participar. O ideal é que a criança seja envolvida na escolha do local onde a recolha de dados será realizada, a fim de encontrar o ambiente mais adequado para ela. No entanto, podem surgir tensões com essa abordagem no que diz respeito aos custos e à conveniência da pesquisa.

Os pais podem/devem estar presentes quando a criança é entrevistada?

A presença dos pais pode levar a uma série de resultados, tanto positivos quanto negativos, incluindo discussão familiar espontânea com relatos mais detalhados, uma criança tímida que se sente apoiada (Powell *et al.*, 2011), os pais que quando se envolvem reinterpretem as perguntas para a criança (Hood *et al.*, 1996), ou o silenciamento da criança (Valentine, 1999). A resposta individual da criança à presença dos pais/EE é muito importante e contribui para determinar se isso tem um resultado benéfico para a criança e se se reflete na qualidade dos dados recolhidos.

Por um lado, a criança pode desejar que os pais/EE, irmãos ou amigos estejam presentes durante o processo de recolha de informações. Nesses casos, pode ser difícil garantir a confidencialidade e também pode afetar a quantidade de informações que a criança deseja partilhar.

Por outro lado, apesar da ênfase na privacidade, podem surgir dificuldades com a confidencialidade no ambiente doméstico, pois alguns pais podem insistir em estar presentes durante as entrevistas da investigação em curso, devido à sua curiosidade ou preocupação com a criança (Fargas-Malet *et al.*, 2010), apesar de a criança não desejar esta presença. Os investigadores podem nem sempre ser capazes de acomodar os desejos da criança se ela estiver em desacordo com os desejos dos pais, especialmente se o investigador necessitar de negociar a sua posição como convidado na habitação da criança e dos pais/EE (Alderson & Morrow, 2011; MacDonald & Greggans, 2008; Sime, 2008). A realidade da dinâmica de poder, na maioria das situações, é que, quando os desejos da criança e do adulto entram em conflito, os desejos da criança são geralmente subordinados aos do adulto.

Quando os pais/EE permanecem presentes para as entrevistas, uma variedade de técnicas podem ser usadas para minimizar o envolvimento destes (Bushin, 2007): limitar o contacto visual com os pais, usar especificamente o nome da criança ao fazer uma pergunta, levantar assuntos que é mais provável que apenas a criança conheça e reiterar a importância de averiguar as opiniões da criança.

Pode ser necessário o investigador adaptar as suas expectativas relativamente à recolha de dados em resposta aos pais/EE que insistam em estar presentes durante a entrevista à criança.

O respeito pela privacidade da criança em relação à quantidade de informações que deseja partilhar pode ser afetado por quem está presente. Um certo grau de flexibilidade é

necessário por parte do investigador para garantir que não invadam a privacidade da criança vs. a sua pretensão de obter dados de qualidade.

Em alguns contextos, quando as entrevistas são conduzidas, o sexo do entrevistador pode ter influência nas decisões dos pais/ /EE em relação à privacidade. Por exemplo, por uma série de razões pessoais, sociais e culturais, os pais podem sentir-se mais confortáveis com a entrevista individual da sua filha adolescente por uma investigadora de sexo feminino, mas não por um investigador de sexo masculino.

Como registar os dados?

Quando usamos técnicas de recolha de dados qualitativas, como a entrevista, ou grupos de discussão, ou grelhas de observação participante ou não participante, ou características de estudos etnográficos, dar toda a nossa atenção às crianças e gerir todos os registos é muito exigente.

A melhor opção é registar toda a interação em vídeo, o que nos permite revisitare o momento e dar atenção a múltiplos pormenores. Mas o vídeo é bastante intrusivo e condiciona o comportamento das crianças. Se estivermos apenas a registar o áudio, é importante termos consciência de que tudo o que não seja som não ficará registado. Por exemplo, se a criança apontar para alguma coisa, fizer um gesto ou uma expressão facial, não ficará no registo. Então, compete ao investigador agir como se fosse um narrador, para que fique o registo em áudio do que aconteceu. «Apontaste para a aplicação do Minecraft, foi?», «A Maria encolheu os ombros.», «Acenaste que sim? Estás a responder que sim à minha pergunta, é isso?». Usando este tipo de estratégias, vamos confirmando com a criança as informações que ela nos vai dando, e vamos garantindo que tudo fica registado. Podemos

também realizar notas de campo para registrar este tipo de informação, mas tendo o cuidado de não nos excedermos.

Se for um grupo de discussão, é importante irmos chamando as crianças pelo nome, e irmos referindo «A Joana deu a sua opinião», «Agora é a vez do Pedro responder», de modo a conseguirmos identificar posteriormente a quem corresponde cada intervenção.

Se for possível a presença de mais do que um investigador, é o ideal, porque assim um deles pode dar toda a sua atenção às crianças, enquanto o outro se certifica de que todos os dados estão a ser registados.

Outra estratégia de recolha de dados é criarmos jogos que facilitem o registo de dados que são importantes para nós. Por exemplo, num dos nossos estudos, utilizámos um horário e auto-colantes sobre atividades para o preencher, e assim ficámos logo com uma ideia das suas rotinas (Figura 2).

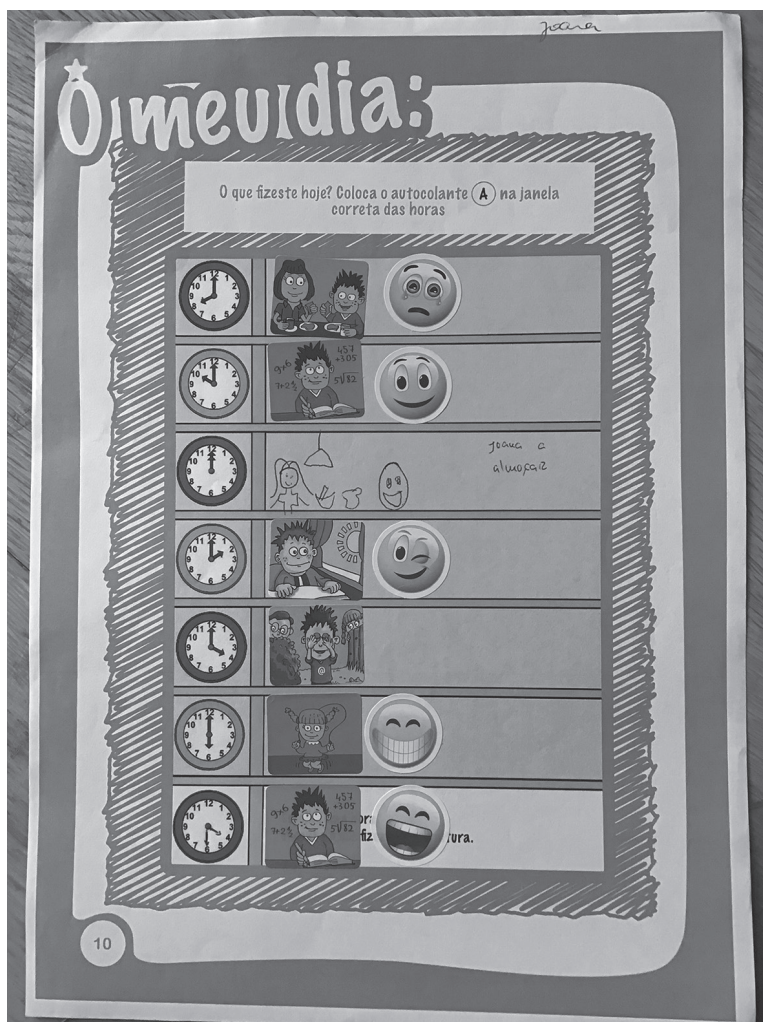
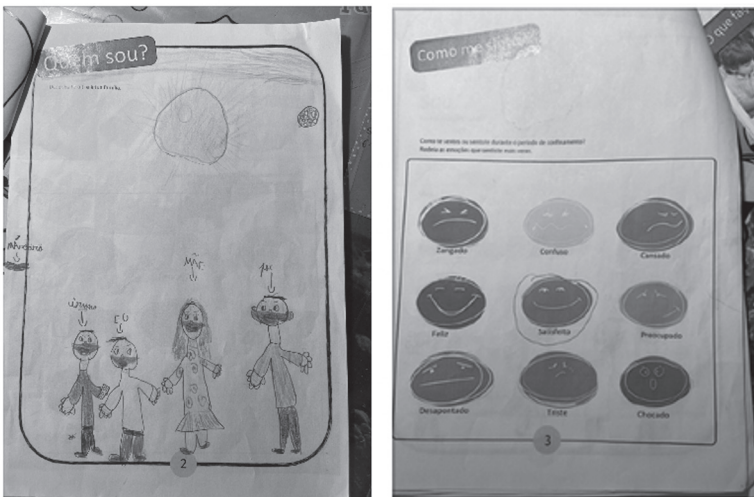


Figura 2. Horário que permite conhecer melhor o dia a dia da criança. Exemplo de atividade quebra-gelo.

Num outro estudo, que decorreu durante o primeiro confinamento devido à pandemia covid-19, como tivemos de entrevistar as crianças utilizando um *software* de videoconferência e antecipámos que elas se cansariam mais facilmente, pois teriam de estar sentadas ao computador e não poderíamos brincar com elas, pensámos em recolher alguns dados antecipadamente, para a entrevista não ser tão «pesada». Assim, desenvolvemos um livro de atividades, que enviámos aos pais, pedindo que as crianças o preenchessem ao longo de uma semana, e posteriormente marcámos a entrevista. Recebemos fotografias ou digitalizações dos livros preenchidos antes da entrevista, o que nos permitiu prepararmo-nos melhor, e usarmos alguns conteúdos do livro como «iniciadores de conversa» com as crianças (Figura 3).



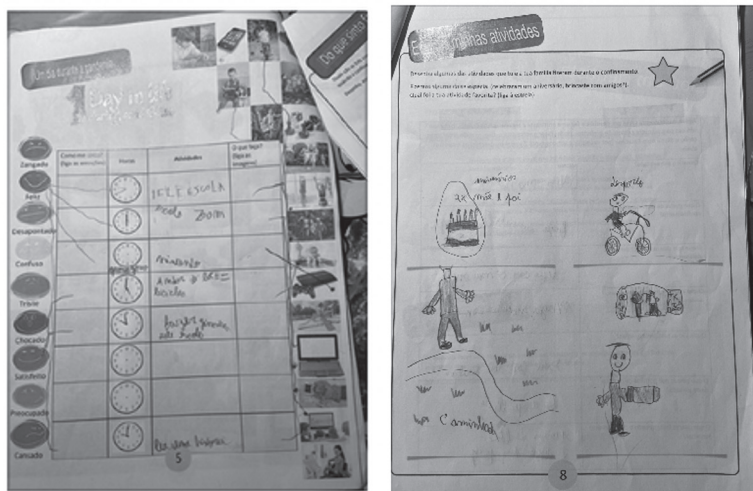


Figura 3. Exemplos de tarefas constantes de um livro de atividades enviado às crianças antes da entrevista, diversificando a forma de recolha de dados.

No desenvolvimento destes materiais, há sempre que ter em conta a fase de desenvolvimento em que as crianças se encontram e as suas competências. Por exemplo, se estivermos a trabalhar com crianças que ainda não sabem ler ou escrever com proficiência, teremos de recorrer a uma linguagem mais visual nos materiais que desenvolvemos para elas.

Temos sempre de considerar o esforço que os nossos pedidos vão implicar, e dosear bem o nosso desejo de recolher informação com a sobrecarga que possamos causar às famílias. Por exemplo, neste caso, uma grande desvantagem deste nosso protocolo é que tiveram de ser as famílias a imprimir as páginas e a montar o livro. Idealmente, deveríamos ter enviado o livro em papel pelo correio, minimizando o esforço e tempo requeridos aos

nossos participantes, mas esta foi uma solução de recurso num momento em que enfrentávamos muitas limitações.

3.2.4 Após o encontro

Já recolhemos todos os dados necessários. E agora?

Também é simpático, se for possível, agradecer a participação das famílias no nosso projeto no final da visita presenteando-as com alguns *goodies*. Estes «miminhos» podem ser algum material escolar (p. ex., lápis, borracha), um jogo (p. ex., jogo de madeira, bola) ou mesmo um livro infantil, que tenhamos conseguido junto das nossas instituições de ensino superior ou de algum patrocinador, ou se isso não for possível, até mesmo algum trabalho manual com que possamos transmitir à criança o nosso agradecimento. Temos feito isto nos nossos projetos, e é uma forma muito agradável de agradecer às famílias pelo tempo e atenção que generosamente nos concederam.

Em geral, tanto as crianças como os pais ficam curiosos por saber os resultados do estudo. É importante desenvolver material de divulgação que não seja estritamente académico, que seja adaptado a uma divulgação mais generalista. Nos nossos projetos, a par dos tradicionais artigos científicos, capítulos de livros e comunicações em conferências, temos feito relatórios descritivos sucintos, e também pequenos *flyers*, com um resumo dos resultados mais importantes e com aprendizagens que podemos retirar dos nossos estudos, adaptadas a diferentes destinatários, como por exemplo, a professores e educadores de infância, a pais e cuidadores, e às próprias crianças. Nestes materiais de divulgação, é importante ter um *design* cuidado e atrativo, bem como uma linguagem clara e acessível. Temos incluído nestes materiais citações das entrevistas, e embora sejam anonimizadas,

as reações dos pais e das crianças são muito positivas quando veem em destaque uma frase que se recordam de ter dito. Enviar estes materiais de divulgação aos pais é uma forma de lhes dar a conhecer os frutos do trabalho para o qual o contributo deles foi fundamental, e uma maneira simpática de manter uma relação com estas famílias.

É sempre importante deixar a «porta aberta», pois visto que falamos de investigação qualitativa, poderá ser interessante fazer um novo estudo com os mesmos participantes.

Com quem podemos partilhar a informação? Privacidade dos dados recolhidos

Privacidade significa que as informações recebidas da criança devem ser respeitadas e protegidas. Outras pessoas, incluindo pais/EE, podem ter interesse nas informações que foram recolhidas, mas o investigador é eticamente obrigado a tratar as informações com cuidado e a manter a confidencialidade. Esta obrigação estende-se a toda a equipa envolvida na investigação.

O local onde os dados são recolhidos, assim como os métodos utilizados, têm influência na privacidade do participante e na confidencialidade das informações recolhidas. Para garantir a confidencialidade, o ambiente deve permitir que a criança envolvida na investigação transmita informações de forma privada e com à vontade. Por exemplo, a criança entrevistada deve ser capaz de falar sem ser ouvida, e a criança que proporciona material escrito ou visual deve conseguir fazê-lo sem que outras pessoas o vejam.

A investigação que inclui a recolha de informações pessoais que podem potencialmente levar à identificação dos participantes (p. ex., nome, morada, idade, sexo, origem étnica, qualificações e experiência) requer especial atenção relativamente ao seu

armazenamento. As informações pessoais devem ser armazenadas de forma segura, e estar acessíveis apenas aos que estão autorizados (National Children's Bureau, 2003). Se possível, os dados devem ser mantidos separados dos identificadores, como nome e morada, e os dados confidenciais devem ser mantidos, por exemplo, num arquivo de computador protegido por palavra-passe (Shaw *et al.*, 2011).

4. Conclusões

A investigação que envolve crianças é vital para compreender as suas vidas. Esta garante que as suas experiências e perspectivas informem o estudo, providenciando informações precisas e culturalmente específicas, aumentando conseqüentemente o valor e a validade dos resultados. Informações sistemáticas obtidas de crianças podem contribuir para o fortalecimento de leis, políticas e práticas que promovem a dignidade, o bem-estar e os direitos humanos. O envolvimento das crianças na investigação é vital para garantir que o direito de participar em assuntos que as afetem, como reconhecido na Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 2019), seja mantido. Reconhecendo a importância metodológica do envolvimento de crianças na investigação, o impacto potencial que os resultados da investigação podem ter nas suas vidas e a importância de manter os direitos das crianças relativamente à proteção e à participação, é necessário reforçar o seguimento de diretrizes e princípios éticos acordados internacionalmente que possam ser aplicados em vários contextos.

Trabalhar com crianças não é apenas necessário, é profundamente gratificante e entusiasmante. Desejamos, com a partilha das nossas experiências através deste livro, contribuir para munir os investigadores que desejem trabalhar nesta área com

as competências necessárias e adequadas para desenvolverem as suas investigações com qualidade, respeitando a agência e a privacidade das crianças.

Referências bibliográficas

- Alderson, P., & Morrow, V. (2011). *The ethics of research with children and young people: A practical handbook* (2nd ed.). SAGE.
- Ariès, P. (1962). *Centuries of childhood: A social history of family life*. Trans. R. Baldick. Vintage Books.
- Berger, C., & Calabrese, R. (1975). Some explorations in initial interaction and beyond: Toward a developmental theory of interpersonal communication. *Human Communication Research*, 1(2), 99–112. doi:10.1111/j.1468-2958.1975.tb00258.x
- Brownlie, J., Anderson, S., & Ormston, R. (2006). *Children as researchers*. The Scottish Executive Social Research. Acedido em <http://www.scotland.gov.uk/Resource/Doc/925/0080040.pdf> a 4 de janeiro de 2022.
- Bushin, N. (2007). Interviewing with children in their homes: Putting ethical principles into practice and developing flexible techniques. *Children's Geographies*, 5, 235–251. doi.org/10.1080/14733280701445796
- Clacherty, G., & Donald, D. (2007). Child participation in research: Reflections on ethical challenges in the southern African context. *African Journal of AIDS Research*, 6(2), 147–156. doi.org/10.2989/16085900709490409
- Cousin, S. (2002). Getting to the «truth»: Issues in contemporary qualitative research. *Australian Journal of Adult Learning*, 42(2), 192–204. <https://search.informit.org/doi/10.3316/aeipt.150241>
- Creswell, J. (2018). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Sage.
- Crow, G., Wiles, R., Heath, S., & Charles, V. (2006). Research ethics and data quality: The implications of informed consent. *International Journal of Social Research Methodology*, 9(2), 83–95. doi.org/10.1080/13645570600595231

- David, M., Edwards, R., & Alldred, P. (2001). Children and school-based research: «Informed consent» or «educated consent»? *British Educational Research Journal*, 27(3), 347-365. doi.org/10.1080/01411920120048340
- Ethical Research Involving Children (2020a). *Ethics*. Acedido em <https://childethics.com/glossary/ethics/> a 14 de janeiro de 2022.
- Ethical Research Involving Children (2020b). *Ethics in practice*. Acedido em <https://childethics.com/glossary/ethics-in-practice/> a 14 de janeiro de 2022.
- Fargas-Malet, M., McSherry, D., Larkin, E., & Robinson, C. (2010). Research with children: Methodological issues and innovative techniques. *Journal of Early Childhood Research*, 8(2), 175-192. doi.org/10.1177/1476718X09345412
- Friesen, K. B., Zhang, Z., Monaghan, P. G., Gretchen, O., & Roper, J. (2020). All eyes on you: How researcher presence changes the way you walk. *Scientific Reports*, 10, 17159. doi.org/10.1038/s41598-020-73734-5
- Gallagher, M. (2009). Ethics. In E. K. Tisdall, J. Davis, & M. Gallagher (Eds.), *Researching with children and young people: Research design, method and analysis* (pp. 11-28). Sage Publications.
- Grimm, P. (2010). *Social desirability bias*. Marketing Research. doi.org/10.1002/9781444316568.wiem02057
- Handcock, M. S., & Gile, K. J. (2011). Comment: On the concept of snowball sampling. *Sociological Methodology*, 41(1), 367-371. doi.org/10.1111/j.1467-9531.2011.01243.x
- Head, G. (2018). Ethics in educational research: Review boards, ethical issues and researcher development. *European Educational Research Journal*, 19(1), 72-83. <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1474904118796315>
- Hood, S., Kelley, P., & Mayall, B. (1996). Children as research subjects: A risky enterprise. *Children & Society*, 10(2), 117-128. doi.org/10.1111/j.1099-0860.1996.tb00462.x
- Lansdown, G. (2005). *The evolving capacities of the child*. UNICEF Innocenti Research Centre.
- Laws, S., & Mann, G. (2004). *So you want to involve children in research? A toolkit supporting children's meaningful and ethical participation in research relating to violence against children*. Save the Children Sweden.
- Livingstone, S. (2008). A rationale for positive online content for children. *Communication Research Trends*, 28(3), 12-16. Acedido em https://www.researchgate.net/publication/292135629_A_rationale_for_positive_online_content_for_children a 11 de agosto de 2022.

- MacDonald, K., & Greggans, A. (2008). Dealing with chaos and complexity: The reality of interviewing children and families in their own homes. *Journal of Clinical Nursing*, 17(23), 3123–3130. doi.org/10.1111/j.1365-2702.2008.02495.x
- Malone, S. (2002). Ethics at home: Informed consent in your own backyard. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 16(6), 797-815. doi.org/10.1080/09518390310001632153
- Morrow, V., & Richards, M. (1996). The ethics of social research with children: An overview. *Children & Society*, 10, 90–105. doi.org/10.1111/j.1099-0860.1996.tb00461.x
- Moscovici, S., & Faucheux, C. (1972). Social influence, conformity bias, and the study of active minorities. *Advances in Experimental Social Psychology*, 6, 149-202. doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60027-1
- National Children's Bureau (2003). *Guidelines for research*. National Children's Bureau.
- National Disability Authority (2009). Ethical guidance for research with people with disabilities. *Disability Research Series 13*. Acedido em <https://nda.ie/nda-files/ethical-guidance-for-research-with-people-with-disabilities.pdf> a 11 de agosto de 2022.
- Powell, M., Graham, A., Taylor, N., Newell, S., & Fitzgerald, R. (2011). *Building capacity for ethical research with children and young people: An international research project to examine the ethical issues and challenges in undertaking research with and for children in different majority and minority world contexts*. Childwatch International Research Network: Dunedin: University of Otago Centre for Research on Children and Families / Lismore: Centre for Children and Young People.
- Reddy, N., & Ratna, K. (2002). *A journey in children's participation*. The Concerned for Working Children. Acedido em <https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/2625.pdf/> a 4 de janeiro de 2022.
- Roberts, H. (2008). Listening to children: And hearing them. In P. Christensen, & A. James, *Research with children, perspectives and practices* (2nd ed., pp. 260–275). Routledge.
- Rosenman, R., Tennekoon, V., & Hill, L. (2011). Measuring bias in self-reported data. *International Journal of Behavioural and Healthcare Research*, 2(4), 320-332. doi.org/10.1504/IJBHR.2011.043414
- Rudduck, J., & McIntyre, D. (2007). *Improving learning through consulting pupils*. Routledge.

Schenk, K., & Williamson, J. (2005). *Ethical approaches to gathering information from children and adolescents in international settings: Guidelines and resources*. Population Council.

Shaw, C., Brady, L.-M., & Davey, C. (2011). *Guidelines for research with children and young people*. NCB Research Centre. National Children's Bureau.

Sime, D. (2008). Ethical and methodological issues in engaging young people in poverty with participatory research methods. *Children's Geographies*, 6, 63-78. doi.org/10.1080/14733280701791926

Sonpal, K., Walker, E., Swallow, V., Brady, L.-M., & Stones, S. (2019). *Report on involving children and young people in research*. INVOLVE. Acedido em <https://www.invo.org.uk/wp-content/uploads/2019/06/77620-YPv3-Booklet-WEB.pdf> a 14 de janeiro de 2022

Spriggs, M. (2010). *Understanding consent in research involving children: The ethical issues*. The Royal Children's Hospital Melbourne.

Strasburger, V., Wilson, B., & Jordan, A. (2009). *Children, adolescents and the media*. Sage.

Thomas, N., & O'Kane, C. (2006). The ethics of participatory research with children. *Children & Society*, 12(5), 336-348. doi.org/10.1111/j.1099-0860.1998.tb00090.x

UNICEF (2019). *Convenção sobre os Direitos das Crianças*. Acedido em https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf a 4 de janeiro de 2022.

Valentine, G. (1999). Being seen and heard? The ethical complexities of working with children and young people at home and at school. *Philosophy & Geography*, 2(2), 141-155. doi.org/10.1080/13668799908573667



Fazer investigação científica que incide sobre crianças pequenas implica desafios em vários domínios, desde éticos a relacionais, passando também por detalhes mais pragmáticos.

Decidimos compilar neste Guia Prático diretrizes e dicas resultantes da nossa vasta experiência nesta área, com o objetivo de ajudarmos a todos os investigadores que partilhem a nossa paixão por trabalhar com crianças.

